







DE 23 A 27 OUTUBRO DE 2017 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS



ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

Projeto de Resolução 1102/XIII

Recomenda a reflorestação e gestão pública sustentáveis do Pinhal de Leiria

Autor: BE

Projeto de Lei 653/XIII

Altera o regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local (segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto e sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 39/2008 de 7 de março)

Autor: BE

Proposta de Lei 102/XIII

Autoriza o Governo a descriminalizar e a prever como ilícito contraordenacional a execução pública não autorizada de fonogramas e videogramas editados comercialmente

Autor: Governo

Proposta de Lei 101/XIII

Estabelece as regras relativas às ações de indemnização por infração ao direito da concorrência, transpondo a Diretiva 2014/104/UE.

Autor: Governo









ARBITRAGEM

Portaria n.º 314/2017 - Diário da República n.º 205/2017, Série I de 2017-10-24

Tribunal Arbitral do Desporto - Alteração à Portaria n.º 301/2015, de 22 de setembro, por forma a clarificar alguns aspetos práticos, nomeadamente no que diz respeito ao pagamento das taxas de arbitragem, atos avulsos e despesas nos casos em que a responsabilidade é do interessado que beneficia de apoio judiciário, e no que diz respeito ao pagamento de taxa de arbitragem e encargos com o processo no âmbito das providências cautelares.



ENERGIA

Resolução da Assembleia da República n.º 238/2017 - Diário da República n.º 204/2017, Série I de 2017-10-23

Recomenda ao Governo o reforço da fiscalização do mercado do gás engarrafado, por forma a reduzir a diferença existente entre o preço de referência e o preço médio de venda ao público



FINANCEIRO

Resolução do Conselho de Ministros n.º 157-D/2017 - Diário da República n.º 208/2017, 1º Suplemento, Série I de 2017-10-27

Cria os Certificados do Tesouro Poupança Crescimento e determina a suspensão de novas subscrições dos Certificados do Tesouro Poupança Mais

Resolução da Assembleia da República n.º 241/2017 - Diário da República n.º 208/2017, Série I de 2017-10-27

Reforço dos mecanismos de supervisão financeira da União Europeia e conclusão da União Bancária

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

CNSF celebra semana da Formação Financeira

Atualização das FAQ relativas ao RTS 6 no âmbito da entrada em vigor da DMIF II

<u>Indicadores mensais sobre receção de ordens por conta de outrem - setembro 2017</u>









Declaração de Retificação n.º 36/2017 - Diário da República n.º 206/2017, Série I de 2017-10-25

Declaração de retificação da Portaria n.º 293/2017, de 2 de outubro, que cria o Selo de Validação AT (SVAT) e define as regras da sua atribuição aos programas de contabilidade, relativamente à produção do ficheiro de auditoria SAF-T (PT)



Portaria n.º 322/2017 - Diário da República n.º 207/2017, Série I de 2017-10-26

Regula o acesso à dotação centralizada do Ministério das Finanças para assegurar a contrapartida nacional em projetos de investimento públicos financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e pelo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP), no âmbito do Portugal 2020



Resolução da Assembleia da República n.º 240/2017 - Diário da República n.º 207/2017, Série I de 2017-10-26

Recomenda ao Governo que apresente relatório sobre a execução da Resolução da Assembleia da República n.º 170/2016, de 4 de agosto, e elabore um estudo visando a criação de incentivos para a remoção do amianto em instalações de natureza privada



ANACOM – AUTORIDADE NACIONAL DE COMUNICAÇÕES

Comissão Europeia publica estudos sobre banda larga e 5G

Estudos da Comissão Europeia analisam preços e cobertura de banda larga e implementação do 5G. 26.10.2017

Evolução dos números portados - atualização da informação

Evolução mensal dos números portados, setembro de 2017.

25.10.2017







Legislação - atualização da informação

Decisão de Execução (UE) 2017/1870 da Comissão, de 16.10.2017.

24.10.2017

Portugal é o 15.º país mais digitalizado da União Europeia

Comissão Europeia divulga os resultados do Índice de Digitalidade da Economia e da Sociedade de 2017.

24.10.2017

Comissão Europeia divulga estudo sobre roaming na União Europeia

De acordo com o estudo do Eurobarómetro, dois em cada três portugueses sabem que as taxas adicionais de roaming terminaram. 23.10.2017



TRABALHO E EMPREGO

Portaria n.º 324/2017 - Diário da República n.º 208/2017, Série I de 2017-10-27

Fixa os encargos a suportar pelas entidades empregadoras com a verificação da incapacidade para o trabalho dos respetivos trabalhadores, mediante a realização de juntas médicas ou através da verificação domiciliária da doença



RECURSOS HÍDRICOS

Resolução da Assembleia da República n.º 239/2017 - Diário da República n.º 207/2017, Série I de 2017-10-26

Recomenda ao Governo que tome medidas de apoio à pesca e à gestão sustentável dos recursos marítimos nacionais



REESTRUTURAÇÃO VINHAS (VITIS)

Portaria n.º 323/2017 - Diário da República n.º 207/2017, Série I de 2017-10-26

Estabelece, para o continente, no âmbito do programa nacional, as normas de execução do regime de apoio à reestruturação e reconversão das vinhas (VITIS), para o período 2019-2023, previsto no Regulamento (CE) n.º 1308/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro



UNIÃO EUROPEIA



JORNAL OFICIAL DA UE

ACORDOS INTERNACIONAIS

Decisão (UE) 2017/1937 do Conselho, de 11 de julho de 2017, relativa à assinatura, em nome da União Europeia, e à aplicação provisória do Tratado que institui uma Comunidade dos Transportes

Tratado que institui uma Comunidade dos Transportes

REGULAMENTOS

Regulamento (UE) 2017/1938 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2017, relativo a medidas destinadas a garantir a segurança do aprovisionamento de gás e que revoga o Regulamento (UE) n.o 994/2010

Regulamento Delegado (UE) 2017/1943 da Comissão, de 14 de julho de 2016, que complementa a Diretiva 2014/65/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito às normas técnicas de regulamentação sobre a informação e os requisitos para efeitos de autorização das empresas de investimento

Regulamento de Execução (UE) 2017/1944 da Comissão, de 13 de junho de 2017, que estabelece normas técnicas de execução no que respeita aos formulários, modelos e procedimentos normalizados para o processo de consulta entre as autoridades competentes relevantes em relação à notificação de uma proposta de aquisição de uma participação qualificada numa empresa de investimento em conformidade com as Diretivas 2004/39/CE e 2014/65/UE do Parlamento Europeu e do Conselho

Regulamento de Execução (UE) 2017/1945 da Comissão, de 19 de junho de 2017, que estabelece normas técnicas de execução no que se refere às notificações transmitidas pelas e às empresas de investimento requerentes e autorizadas em conformidade com a Diretiva 2014/65/UE do Parlamento Europeu e do Conselho

Regulamento Delegado (UE) 2017/1946 da Comissão, de 11 de julho de 2017, que complementa as Diretivas 2004/39/CE e 2014/65/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere a normas técnicas de regulamentação para uma lista exaustiva das informações a incluir pelos adquirentes potenciais na notificação de uma proposta de aquisição de uma participação qualificada numa empresa de investimento

Regulamento (UE) 2017/1941 da Comissão, de 24 de outubro de 2017, que altera o anexo II do Regulamento (CE) n.º 66/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a um sistema de rótulo ecológico da UE

COMUNICAÇÕES

Comunicação da Comissão — Orientações da UE sobre a doação de géneros alimentícios









COMISSÃO EUROPEIA

Comissão investe 30 mil milhões de EUR em novas soluções para dar resposta aos desafios societais e à inovação de ponta

A Comissão Europeia anunciou hoje o modo como irá investir 30 mil milhões de EUR do programa de financiamento da investigação e inovação Horizonte 2020 da UE durante o período de 2018-2020, incluindo 2,7 mil milhões de EUR para o arranque de um Conselho Europeu de Inovação.

Perguntas e respostas: Programa de trabalho da Comissão para 2018

PORTAL DO GOVERNO



COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Foi aprovado, entre outros o seguinte:

- **1.** O decreto-lei que cria o **Programa de Apoio à Reposição da Competitividade e Capacidades Produtivas**, com a finalidade de promover o rápido apoio ao restabelecimento das condições de produção das empresas diretamente afetadas dos territórios afetados pelo **incêndio de 15 de outubro**.
- **2**. O decreto-lei que cria uma **linha de crédito garantida destinada aos operadores das fileiras silvo-industriais**, que se disponham a armazenar madeira queimada de resinosas proveniente das **regiões mais afetadas pelos incêndios florestais de 2017**.
- 3. O decreto-lei que suspende provisoriamente os processos de execução fiscal em curso, bem como outros que venham a ser instaurados, no âmbito da Autoridade Tributária e Aduaneira e da Segurança Social, nos concelhos afetados pelos incêndios de 15 de outubro, que provocaram danos que afetaram gravemente a atividade de empresas e trabalhadores independentes, que necessitam de um período de recuperação da sua atividade económica.
- **4.** O decreto-lei que permite ao **Banco de Portugal a participação em sociedade para a produção e/ou impressão de papel-moeda,** mesmo que não detenha a maioria do capital social dessa sociedade.

Desse modo, fica facilitada a cooperação entre bancos centrais com centros de fabrico próprios de papel-moeda, permitindo melhorar a relação custo benefício nessa atividade.

5. A resolução que **cria os Certificados do Tesouro Poupança Crescimento** (CTPC). Este novo produto visa estimular a poupança de médio prazo e dinamizar o acesso dos cidadãos a instrumentos de dívida pública.







A remuneração estabelecida para os CTPC encontra-se alinhada com as atuais taxas de juro praticadas no mercado, em resultado da melhoria das condições de financiamento da República, mantendo a atratividade que tem caracterizado estes produtos e complementando a atual oferta de Certificados de Aforro. Consequentemente, com a criação dos CTPC, suspendem-se as novas subscrições de Certificados do Tesouro Poupança Mais.

6. Foi decidido apresentar à Assembleia da República proposta de resolução com vista à ratificação do Acordo de Sede entre a República Portuguesa e o Tribunal Permanente de Arbitragem (TPA), assinado em Lisboa em 16 de junho de 2017.

Este acordo estabelece que Portugal passa a ser um Estado de sede do TPA, cabendo-lhe facilitar o trabalho daquele tribunal na resolução pacífica de conflitos internacionais através de arbitragem, mediação, conciliação e de comissões de inquérito. Além disso, deve providenciar assistência adequada a governos, organizações intergovernamentais e demais entidades.

- O Tribunal Permanente de Arbitragem, com sede permanente em Haia, foi criado em 1899 como um dos atos da primeira Conferência de Paz da Haia, com o intuito de facilitar a resolução pacífica de conflitos internacionais pelas vias arbitral, da mediação, da conciliação e de comissões de inquérito. Portugal é membro do Tribunal desde 1900.
- 7. O Conselho de Ministros aprovou em definitivo dois diplomas aprovados na generalidade no Conselho de Ministros do passado dia 19 de outubro:
- O decreto-lei que estabelece o regime da tarifa social para a prestação dos serviços de águas.
- a transposição para a ordem jurídica interna da diretiva 2016/1106

A presente Newslexter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Neslextter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: plmjlaw@plmj.pt.



Sociedade de Advogados Ibérica do Ano The Lawyer European Awards, 2015-2012



Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano Who's Who Legal, 2015, 2011-2006 Chambers European Excellence Awards, 2014, 2012, 2009



Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa Financial Times - Innovative Lawyers Awards, 2014-2011



